

Demonstrações Financeiras Millet Participações S.A.

31 de dezembro de 2023

com o Relatório dos Auditores Independentes

Millet Participações S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas 1

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas

Balanços patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	9



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Sócios e Administradores da

Millet Participações S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Millet Participações S/A ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida foi suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

--continuação

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de confiança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas --continuação

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os administradores a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 2024.

MRU Auditores Independentes Ltda.

CRC RJ 009.336/O



Elias Xavier de França Junior

Contador CRC RJ 090.827/O



Raul Cacio Soncin Pimentel

Contador CRC RJ 112.682/O

Millet Participações S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023
(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	3	166	355	28.733	10.656
Contas a receber de clientes	4	-	-	94.334	98.663
Estoques	5	-	-	58.561	53.264
Impostos a recuperar	14	2.771	1.489	7.124	4.769
Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber	7	15.705	8.442	-	-
Outros créditos	6	-	3	1.032	928
Total do ativo circulante		18.642	10.289	189.784	168.280
Não circulante					
Depósitos judiciais		-	-	-	11
Impostos a recuperar	14	-	-	2.164	4.567
IRPJ e CSLL diferidos	14	-	-	2.026	4.898
Outros créditos	6	-	-	106	106
Investimentos	7	222.214	197.350	-	-
Intangível	8	-	-	79.094	88.093
Imobilizado	9	-	-	65.697	51.185
Ativos de direito de uso	10	-	-	146	610
Total do ativo não circulante		222.214	197.350	149.233	149.470
Total do ativo		240.856	207.639	339.017	317.750
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	12.517	18.115
Fornecedores	12	-	5	35.175	41.874
Salários e contribuições a pagar				7.201	6.451
Participações a pagar		5.975	-	5.975	-
Impostos a recolher	14	-	-	2.204	4.347
Arrendamentos a pagar	10	-	-	67	399
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	7	8.951	3.301	11.723	4.791
Outras obrigações	13	-	-	5.072	3.990
Total do passivo circulante		14.926	3.306	79.934	79.967
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	2.000	6.061
Arrendamentos a pagar	10	-	-	89	237
Provisão para contingências	15	-	-	2.093	3.284
Participações a pagar	7	-	40.401	-	40.401
Outras obrigações	13	-	-	1.629	2.479
Total do passivo não circulante		-	40.401	5.811	52.462
Capital social	16	192.265	148.404	192.265	148.404
Reservas de Capital		2.141	951	2.141	951
Reservas de lucros	16	31.525	14.576	31.525	14.576
Patrimônio líquido		225.931	163.931	225.931	163.931
Participação de não controladores				27.342	21.390
Patrimônio líquido consolidado		225.931	163.931	253.273	185.321
Total do passivo e patrimônio Líquido		240.856	207.639	339.017	317.750

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Millet Participações S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023
(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	17	-	-	465.787	462.127
Custos dos produtos vendidos	18	-	-	(338.023)	(363.789)
Lucro bruto		-	-	127.764	98.338
Despesas operacionais					
Despesa com vendas	18	-	-	(46.067)	(51.142)
Despesas administrativas	18	(92)	(310)	(17.138)	(12.718)
Outras receitas líquidas	18	-	-	(1.020)	-
		(92)	(310)	(64.225)	(63.860)
Resultados em participações societárias					
Resultado de equivalência patrimonial	7	42.272	28.355	-	4.115
Amortização da Mais-Valia		(8.863)	(13.295)	(8.863)	(13.295)
		33.409	15.060	(8.863)	(9.180)
Resultado antes do resultado financeiro		33.317	14.750	54.676	25.298
Resultado financeiro Líquido					
Receitas financeiras	19	-	-	6.384	7.691
Despesas financeiras	19	(9.528)	(7)	(16.351)	(10.028)
		(9.528)	(7)	(9.967)	(2.337)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		23.789	14.743	44.709	22.961
Imposto de Renda e Contribuição Social:					
Corrente		-	-	(10.588)	(4.236)
Diferido	14	-	-	(2.872)	166
		-	-	(13.460)	(4.070)
Lucro líquido do exercício		23.789	14.743	31.249	18.891
Participação acionistas de minoritários		-	-	(7.460)	(4.148)
Lucro líquido do exercício		23.789	14.743	23.789	14.743
Lucro básico e diluído por ações		85%	85%	100%	100%
Quantidade		51.000	51.000	60.000	60.000
Média ponderada de ações do capital social no exercício		0,83	0,48	0,83	0,48
		42.330	24.480	49.800	28.800

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Millet Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023
(em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Resultado líquido do exercício	23.789	14.743	31.249	18.891
Resultados abrangentes	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	23.789	14.743	31.249	18.891
De controladores	23.789	14.743	23.789	14.743
De não controladores	-	-	7.460	4.148

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Millet Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023
(em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reserva de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido	Participação de Minoritários	Total do Patrimônio líquido
		Capital social	AFAC	Reserva legal	Reserva de retenção				
Saldo em 31 de dezembro de 2021		147.244	1.160	2c14	4.071	-	152.689	18.417	171.106
Deliberação de JSCP	7	-	-	-	-	-	-	(1.305)	(1.305)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	14.743	14.743	4.278	19.021
Constituição da reserva legal	17	-	-	737	-	(737)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17	-	-	-	-	(3.501)	(3.501)	-	(3.501)
Constituição da reserva de retenção de lucros		-	-	-	10.505	(10.505)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		147.244	1.160	951	14.576	-	163.931	21.390	185.321
Deliberação de JSCP	7	-	-	-	-	-	-	(1.508)	(1.508)
Aporte de capital social		-	43.861	-	-	-	43.861	-	43.861
Capital subscrito		1.160	(1.160)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	23.789	23.789	7.460	31.249
Dividendos Propostos		-	-	-	-	(5.650)	(5.650)	-	(5.650)
Reserva legal		-	-	1.189	-	(1.189)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	16.950	(16.950)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		148.404	43.861	2.141	31.525	-	225.931	27.342	253.273

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Millet Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023
(em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes dos Impostos	23.789	14.743	44.709	22.961
Ajustes:				
Resultado de equivalência patrimonial	(33.727)	(27.247)	-	4.115
PCLD	-	-	(1.581)	1.021
Depreciação e amortização	8.863	13.295	14.806	18.248
Provisão para perdas com estoques	-	-	(137)	198
Variação cambial	-	-	(888)	272
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	2.872	(166)
Resultado na baixa de ativos imobilizado	-	-	719	11
Juros sobre arrendamentos	-	-	2.454	3.752
Juros sobre empréstimos	-	-	-	-
Provisão para contingências	-	-	(1.190)	930
Provisão para participação nos resultados	-	-	(1.819)	1.925
	(1.075)	791	59.945	53.267
Variações dos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	-	-	6.354	(30.176)
Estoques	-	-	(5.160)	(8.338)
Depósitos judiciais	-	-	11	9
Contas a pagar a fornecedores	3	6	(6.247)	8.882
Salários e contribuição social a pagar	-	-	750	1.146
Impostos a recuperar e a recolher	(1.282)	(1.110)	8.224	10.873
Outros ativos e passivos	(34.432)	(4)	(36.126)	(4.769)
Pagamento de juros sobre empréstimos	-	-	(2.585)	(1.843)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(10.320)	(4.251)
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades operacionais	(36.787)	(317)	14.846	24.799
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de investida	-	-	-	-
Combinação de negócios	-	-	-	-
Dividendos e JSCP recebidos	(7.263)	-	(8.545)	-
Aquisição de imobilizado	-	-	(20.438)	(6.263)
Aquisição de intangível	-	-	(122)	(11.469)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(7.263)	-	(29.099)	(17.732)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aporte de capital social	43.861	-	43.861	-
Empréstimos e financiamentos captados	-	-	7.000	14.378
Empréstimos e financiamentos pagos	-	-	(16.505)	(17.140)
Arrendamentos pagos	-	-	(518)	(336)
Pagamento de dividendos	-	(200)	-	(1.509)
IR retido na fonte sobre o capital próprio pagos	-	-	(1.507)	-
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de financiamento	43.861	(200)	32.331	(4.607)
Variação de Caixa e Equivalente de Caixa	(188)	(517)	18.078	2.460
Saldo Inicial de Caixa e Equivalente de Caixa	354	871	10.655	8.195
Saldo Final de Caixa e Equivalente de Caixa	166	354	28.733	10.655

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Millet Participações S.A. foi constituída em 14 de novembro de 2018 sob a denominação Metheora Empreendimentos e Participações S/A e após a aquisição pela Percipere Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia alterou a sua denominação para Millet Participações S/A. A Companhia possui sede em São Paulo – SP, e tem por objeto social a participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista. Permaneceu em processo pré-operacional realizando avaliações e negociações de investimentos até junho de 2021 quando a Companhia adquiriu 85% de participação na Alibra Ingredientes S.A. (“Alibra”).

A Alibra está localizada na cidade de Campinas no Estado de São Paulo e possui uma filial na cidade e município de Marechal Cândido Rondon no estado do Paraná. As atividades da Companhia, compreendem a exploração do ramo de industrialização, comercialização, exportação e importação de substâncias para conservar e estabilizar produtos alimentícios em geral, misturas alimentícias para preparo de sopas, molhos, temperos e condimento, pratos culinários, recheios e salgados em geral, produtos de panificação e confeitaria, preparação à base de frutas e/ou cereais utilizados para a elaboração de recheios iogurtes, sobremesas e sorvetes em geral, misturas alimentícias para a fabricação de doces e sobremesas em geral, empacotamento de leite em pó, misturas e preparados à base de leite em pó, empacotamento de misturas alimentícias à base de soro de leite em pó e/ou derivados lácteos em pó e preparados em pó para elaboração de bebidas não alcoólicas em geral.

A Alibra dispõe de incentivo fiscal em seu estabelecimento localizado no Estado do Paraná conforme a seguir:

Por opção da Alibra o regime de tributação do ICMS é efetuado com base na Lei 13.332/2001, incorporada no RICMS/PR, Anexo III, item 31. Por força desse dispositivo legal, ao estabelecimento que realizar a industrialização de leite ou de soro de leite, ou que tenha encomendado a industrialização, opcionalmente, em substituição ao aproveitamento normal de créditos nas entradas, poderá se creditar do percentual de 7% (sete por cento) sobre o valor das operações de saídas interestaduais dos produtos resultantes da industrialização. Na saída de mercadorias o destaque do ICMS é feito pela alíquota normal, sendo que no registro de apuração é efetuado um crédito correspondente a 7% (sete por cento).

Os créditos de matérias primas são permitidos nas aquisições de matérias primas e embalagens. No entanto deverá ser estornado no registro de apuração o percentual correspondente ao montante de vendas interestaduais sobre o total das vendas no mês, exceto em relação ao leite, inclusive em pó, originário de outro Estado, energia elétrica ou óleo combustível utilizados no processo industrial e embalagens destinadas à comercialização de leite, cujo créditos são admitidos pelo valor integral.

1.1. COVID-19

No ano de 2022 não fomos impactados por nenhum efeito direto decorrente da pandemia do COVID. A performance das vendas atendeu às projeções e expectativas, mesmo com uma demanda mais fraca do que era previsto para o ano. Como ponto residual e contínuo de 2020, verificou-se a continuidade de aumento no custo de matérias primas principalmente dos derivados lácteos, com necessidade de repasse no preço de venda. Apesar desses repasses, em termos percentuais, não foi possível recuperar o mesmo nível de margem antes da pandemia. A Companhia segue com os protocolos de segurança, seguindo as determinações da OMS.

A Companhia continuará monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade com as normas brasileiras de contabilidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão mencionadas na Nota 2.22.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação das demonstrações financeiras foi aprovada e pela administração em 20/05/2024.

2.3. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As seguintes empresas estão incluídas na consolidação:

Controladas	Participação	% Participação	
		31/12/2023	31/12/2022
Alibra Ingredientes S.A. ("Alibra")	Direta	85,00%	85,00%

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário de Políticas Contábeis (Continuação)

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras são:

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.5. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

2.6. Demonstração de fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa.

2.7. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de Políticas Contábeis (Continuação)

2.8. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, A Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

O Departamento Financeiro da Companhia determina as políticas e os procedimentos para mensuração do valor justo e ativos financeiros não cotados, e para mensuração não recorrente. Esse departamento compreende o diretor e gerente financeiros. Quando necessário é envolvido avaliadores externos, após discussão com o comitê de auditoria e respectiva aprovação dele recebida.

Para fins de divulgações do valor justo, A Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de Políticas Contábeis (Continuação)

2.9. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, fundos mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para resgate, têm liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.10. Contas a receber de clientes

Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente, quando relevante, e segregados entre curto e longo prazos de acordo com seus vencimentos, se aplicável. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão sobre créditos de liquidação duvidosa, constituída com base em análise das contas a receber em atraso, considerando ainda a expectativa de perda sobre as contas a receber, em montante considerado suficiente para cobrir perdas na sua realização.

2.11. Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.12. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido - dos dois, o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias-primas - custo de aquisição segundo o custo médio; e
- Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra, e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

2.13. Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo.

O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de políticas contábeis (Continuação)

2.14. Imobilizado

O imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

2.15. Intangível

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

2.16. Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

Redução ao valor recuperável de ativos, ágio, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a testes de perda no valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Ágio e ativo intangível de vida útil indefinida são submetidos a testes de perda no valor recuperável pelo menos uma vez ao ano ou mais frequentemente, se houver indícios de perda de valor. Os testes anuais de perda no valor recuperável são realizados no final do mês de março. A fim de determinar se houve perda no valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), que correspondem aos menores grupos de ativos geradores de fluxos de caixa claramente independentes daqueles gerados por outras UGC.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou a avaliação do valor recuperável dos ativos de longo prazo. A avaliação foi realizada com base em cálculos do valor em uso de cada unidade geradora de caixa. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a unidade geradora de caixa atua. Em 31 de dezembro de 2023 não foram identificados quaisquer indícios de *impairment* sobre os ativos intangíveis da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de políticas contábeis (Continuação)

2.17. Receita operacional líquida

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas. Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando a obrigação de performance é satisfeita. A Companhia conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente. Nesses contratos geralmente se espera que a venda de produtos seja a única obrigação de desempenho, de modo que a receita de venda de produtos é reconhecida quando se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega do item.

2.18. Imposto de renda e contribuição social

a) Correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante do imposto são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social corrente relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

b) Diferidos

Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro ou prejuízo contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

a Companhia mantém o registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, para refletir os efeitos fiscais futuros sobre as diferenças temporárias existentes entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, calculados à alíquota fiscal combinada de 34%.

2.19. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de políticas contábeis (Continuação)

2.20. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Os ativos financeiros da Companhia incluem: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, outros ativos e depósitos judiciais.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de políticas contábeis (Continuação)

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- i) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- iii) Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.
- iv) Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem duplicatas a receber, contas a receber, créditos com partes relacionadas, e outros ativos financeiros registrados como outros créditos no ativo circulante e não circulante.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

A exposição máxima ao risco de crédito do Contas a Receber de clientes na data das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- ii) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de políticas contábeis (Continuação)

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece as perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma complementação para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. Divulgações adicionais referentes a redução ao valor recuperável das contas a receber de clientes são também fornecidas na Notas Explicativa no 4.

b) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração - Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, financiamentos com terceiros e arrendamentos a pagar.

Mensuração subsequente - Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado. - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota 10.

Desreconhecimento (baixa) - Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de políticas contábeis (Continuação)

2.21. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

a) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

- Unidade administrativa - 3 anos

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para A Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 8.

b) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, A Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir A Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, A Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de políticas contábeis (Continuação)

2.22. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatário) - A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui contrato de aluguel de sua sede administrativa que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

Estimativas e premissas - As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Arrendamentos - estimativa da taxa incremental sobre empréstimos - A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o rating de crédito da subsidiária).

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas - A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Teste anual de impairment - Anualmente, a Companhia efetua teste de recuperabilidade do ágio e demais ativos (teste de *impairment*), de acordo com a prática contábil apresentada na Nota 8, onde leva em consideração determinadas premissas de crescimento, taxa de perpetuidade, taxa de inflação, taxa WACC, dentre outras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de políticas contábeis (Continuação)

2.23. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

Uma série de novas normas e alterações entraram em vigor a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021. A Companhia concluiu que as seguintes normas novas e alteradas não apresentaram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

a) Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: • Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado. • Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado; e • Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

b) Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, a Companhia ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma.

2.24. Novas normas em vigor a partir de em 31 de dezembro de 2021 ainda não adotadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

a) IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de políticas contábeis (Continuação)

2.25. Novas normas em vigor a partir de em 31 de dezembro de 2021 ainda não adotadas (Continuação)

O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia.

b) Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia que não haverá impacto na apresentação com a emissão da alteração.

c) Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia.

d) Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários em conta corrente e aplicações de alta liquidez.

Em 31 de dezembro de 2023, os saldos de caixa e equivalente de caixa são assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Numerário em espécie	-	-	-	-
Depósito bancário em conta corrente	153	355	1.141	2.331
Aplicações financeiras ^(a)	13	-	27.592	8.325
Total	166	355	28.733	10.656

(a) As aplicações financeiras vigentes são compostas por títulos de renda fixa, indexados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), podendo ser resgatados a qualquer momento, e sem risco significativo de perda de valor.

4. Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2023, a composição e cronograma do contas a receber são assim compostos:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Clientes nacionais	90.408	99.750
Clientes internacionais	10.210	6.778
Contas a receber	100.618	106.528
PCLD	(6.284)	(7.865)
Total	94.334	98.663
A vencer	91.128	95.730
Vencidos		
Até 30 dias	3.027	2.960
De 31 a 60 dias	403	31
De 61 a 90 dias	517	-
De 91 a 180 dias	22	46
De 181 a 360 dias	60	133
Acima de 361 dias	5.461	7.628

A Companhia não mantém qualquer garantia para os títulos em atraso.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial	(7.865)	(6.844)
Adições (reversões) no exercício	1.581	(1.021)
Saldo final	(6.284)	(7.865)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Estoques

Em 31 de dezembro de 2023, os saldos de estoques são assim compostos:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Produtos acabados	15.153	14.211
Matérias-primas	33.485	31.062
Poder de terceiros	26	7
Embalagens	3.232	3.225
Importação em trânsito	1.940	313
Produto intermediário	4.786	4.644
Total	58.622	53.462
Provisão para perdas na realização dos estoques	(61)	(198)
Líquido	58.561	53.264

A movimentação da provisão para perdas na realização dos estoques está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial	(198)	-
Adições	(2.127)	(198)
Baixas	2.264	-
Saldo final	(61)	(198)

6. Outros créditos

Em 31 de dezembro de 2023, os saldos de outros créditos são assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Títulos a receber	-	-	239	71
Outros valores a receber	-	-	19	292
Sinistros a receber	-	-	69	69
Adiantamentos de férias	-	-	107	100
Adiantamentos a fornecedores nacionais	-	3	331	110
Adiantamento a fornecedores estrangeiros	-	-	62	-
Empréstimos a funcionários	-	-	-	-
Adiantamento a convênios	-	-	-	8
Despesas antecipadas	-	-	205	278
Depósitos e cauções	-	-	106	106
Total	-	3	1.138	1.034
Circulante	-	3	1.032	928
Não circulante	-	-	106	106

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos

Em junho de 2021 a Millet Participações S/A adquiriu 85% de participação na Alibra Ingredientes S.A (“Alibra”), localizada na cidade de Campinas no Estado de São Paulo e possui filial na cidade e município de Marechal Cândido Rondon no estado do Paraná. As atividades da Companhia, compreendem a exploração do ramo de industrialização, comercialização, exportação e importação de substâncias para conservar e estabilizar produtos alimentícios em geral, misturas alimentícias para preparo de sopas, molhos, temperos e condimento, pratos culinários, recheios e salgados em geral, produtos de panificação e confeitaria, preparação à base de frutas e/ou cereais utilizados para a elaboração de recheios iogurtes, sobremesas e sorvetes em geral, misturas alimentícias para a fabricação de doces e sobremesas em geral, empacotamento de leite em pó, misturas e preparados à base de leite em pó, empacotamento de misturas alimentícias à base de soro de leite em pó e/ou derivados lácteos em pó e preparados em pó para elaboração de bebidas não alcoólicas em geral, pelo valor total de aquisição de R\$ 179.350, sendo R\$ 138.843 no momento da aquisição e R\$ 40.507 a prazo conforme cronograma de pagamentos acordado, dos quais R\$ 6.746 foram pagos ainda em 2021.

Em junho de 2022, foi emitido pela KPMG o Relatório de avaliação de certos ativos adquiridos e passivos assumidos relacionado à aquisição da Alibra Ingredientes LTDA, para fins contábeis e fiscais, à luz do CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios e conforme Código Brasileiro da Legislação Fiscal, Lei nº 12.973, sancionada em 13 de maio de 2014. A data base do trabalho foi definida em 30 de junho de 2021, que é a data mais próximo do fechamento da transação para o qual o balanço da empresa está disponível.

A Transação abrangeu a alienação e transferência pelos alienantes para a Adquirente de 85% das quotas da Adquirida. A Transação foi concluída em 18 de junho de 2021, em continuidade à celebração de contrato de compra e venda assinado anteriormente entre as partes (Sales and Purchase Agreement – “SPA”). Segundo a Administração, a Transação oferece benefícios estratégicos atraentes para os negócios da Adquirente no Brasil:

- ✓ A Empresa possui um portfólio diversificado (mais de 500 SKUs), além de ter uma base com mais de mil clientes;
- ✓ Possui acesso a um setor resiliente que se demonstrou sólido até durante a pandemia, a partir das vendas em delivery e de produtos congelados; e
- ✓ Aquisição de um participante bem inserido no mercado, proporcionando acesso imediato a uma relevante fatia de mercado.

Com a Transação, a Adquirente adquiriu direitos de voto na Empresa correspondentes a 85% do capital votante. Nos termos do SPA assinado entre Adquirente e os alienantes e com base em informações fornecidas pela Administração, o preço pago aos Alienante por 85% das quotas da Empresa foi de R\$ 179.350 mil (cento e setenta e nove milhões, trezentos e cinquenta mil reais). Esse valor foi estabelecido após o valor base constante no contrato de compra e venda ser ajustado refletindo alguns itens também previstos no referido SPA e cujos valores foram confirmados posteriormente.

De acordo com o disposto na cláusula 3.3 do SPA, o preço de aquisição base, sujeito a ajustes conforme dispostos no documento, para 85% das quotas da Empresa é de, no máximo, R\$ 179.350.000,00. Este valor é dividido em uma parcela fixa, no valor de R\$ 138.843.004,78, e uma parcela a prazo, no valor de até R\$ 40.506.995,22. A parcela à prazo deverá ser paga no aniversário de segundo ano da data de fechamento do contrato, e representou 22,6% do preço pago.

O valor foi definido com base nas quotas detidas por cada um dos vendedores e tendo um limite atrelado à realização do lucro bruto de 2020. Além das parcelas à vista e a prazo consideradas no SPA, estabeleceu-se um ajuste de preço de R\$ 6.640.585, que, por sua vez, assim como as outras parcelas, estão a valor justo, corrigidas monetariamente pela taxa SELIC entre a data de fechamento do SPA e a data efetiva do pagamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos (Continuação)

A seguir, é apresentado o detalhe do cálculo do preço pago na aquisição da Alibra:

Preço de Aquisição Base	
Equity Value*	234.000
(-) Endividamento Líquido Base	23.000
Equity Value base	211.000
 (x) % vendido 85,0%	
Preço de Aquisição	179.350
 Preço de Aquisição Ajustado	
Parcela à vista	138.843
Ajuste de Preço	6.640
Parcela a Prazo	40.506
Juros Sobre Capital Próprio ^(a)	(2.987)
Preço de Aquisição Ajustado (85%)	185.990
Preço de Aquisição Ajustado (100%)	217.640

Após emissão do relatório citado acima, os valores de Goodwill e Mais-Valia foram alocados, conforme mensuração do valor justo. O Goodwill refere-se ao valor pago a mais sobre o valor justo do Patrimônio Líquido da entidade adquirida, devido a uma expectativa de lucros futuros. A Mais-Valia é amortizada de forma linear de acordo com o tempo de vida útil dos bens que tiveram mais-valia na apuração do valor justo dos ativos adquiridos na aquisição.

Segue abaixo quadro com a movimentação dos saldos de investimento no período:

	DMPL Alibra	Equivalência patrimonial	Good-Will	Mais-Valia	Total
Ajuste de preço de aquisição	-	6.640	-	-	6.640
Reclassificação - Valor Justo		(6.640)	(72.740)	83.495	4.115
Amortização da Mais-Valia	-	-		(13.295)	(13.295)
Lucro Líquido do exercício	28.518	24.240	-	-	24.240
Juros Sobre Capital Próprio (a)	(8.697)	(7.392)	-	-	(7.392)
Saldo em 31/12/2022	142.602	121.212	5.938	70.200	197.350
Amortização da Mais-Valia	-	-		(8.863)	(8.863)
Lucro líquido do exercício	49.732	42.272	-	-	42.272
Juros Sobre Capital Próprio (a)	(10.053)	(8.545)	-	-	(8.545)
Saldo em 31/12/2023	182.281	154.939	5.938	61.338	222.214

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos (Continuação)

- (a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Alibra provisionou Juros sobre Capital Próprio no valor de R\$ 10.053 (R\$8.697 em 2022) dos quais a Millet tem direito a R\$ 8.545 (R\$ 7.263 líquido de retenção de impostos) equivalente à sua participação, sendo os demais R\$ 1.508 (R\$ 1.282 líquido de retenção de impostos) devido a sócios minoritários. A conciliação de juros sobre capital próprio e dividendos está demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.359
Distribuição de dividendos	-
Distribuição de juros sobre capital próprio	7.392
Pagamentos	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.931
Distribuição de dividendos	-
Distribuição de juros sobre capital próprio	8.545
Saldo em 31 de dezembro de 2023	18.477

Os principais saldos da investida são os seguintes:

Balanco patrimonial	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante	186.847	166.433
Ativo não circulante	81.958	73.331
Total do ativo	268.805	239.764
Passivo circulante	80.713	85.101
Passivo não circulante	5.811	12.061
Patrimônio líquido	182.281	142.602
Total do passivo	268.805	239.764
Demonstração do resultado	2023	2022
Receita operacional líquida	465.787	462.127
Custo de mercadorias vendidas	(338.023)	(363.789)
Lucro bruto	127.764	98.338
Despesas operacionais	(64.133)	(63.419)
Resultado financeiro	(439)	(2.331)
Lucro antes dos impostos	(64.572)	(65.750)
Impostos sobre o lucro	(13.460)	(4.070)
Lucro líquido do exercício	49.732	28.518

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Intangível

A movimentação dos saldos de Intangível da companhia no período está demonstrado a seguir:

	Marcas e Patentes	Software	Carteira de clientes e não competitividade	Ágio (rentabilidade futura)	Mais-Valia do Ativo Fixo	Good Will "Alibra"	Total
Vida útil média em anos	-	5	5	-	-	-	
Custo Histórico	21.196	2.177	52.372	1.645	20.869	5.938	104.197
Amortização Acumulada	-	(1.260)	(11.714)	-	(3.130)	-	(16.104)
Saldo em 31/12/2022	21.196	917	40.658	1.645	17.739	5.938	88.093
Aquisições no período	-	122	-	-	-	-	122
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Amortização do período	-	(257)	(6.776)	-	(2.087)	-	(9.120)
Custo Histórico	21.196	2.299	52.372	1.645	20.869	5.938	104.319
Amortização Acumulada	-	(1.517)	(18.491)	-	(5.217)	-	(25.225)
Saldo em 31/12/2023	21.196	782	33.882	1.645	15.652	5.938	79.095

Em 31 de julho de 2015, a Companhia incorporou a Genkor Ingredientes Ltda., cujas participações societárias foram adquiridas em 2014 e 2015. O ágio decorrente desse investimento está sendo amortizado para fins fiscais, conforme apurado nos respectivos laudos de avaliação.

Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente teste de impairment para o ágio fundamentado em rentabilidade futura, sendo que a metodologia e premissas utilizadas pela Administração para teste de impairment do ágio considerou o desempenho histórico da Companhia e suas projeções de crescimento até 2028, e taxa de perpetuidade a partir de 2029, descontados à taxa WACC da Companhia de 13,79% (2022 – 12,81%).

A Administração da Companhia entende que a unidade geradora de caixa para teste de impairment do ágio é o negócio da Companhia e/ou Alibra como um todo, estando essa metodologia alinhada com o direcionamento estratégico da Companhia.

Conseqüentemente, o teste de impairment deste ágio utilizou está UGC (Alibra) e a metodologia do valor em uso. O resultado do teste de impairment realizado em 31 de dezembro de 2023 não indicou necessidade de provisão para perdas por impairment.

Millet Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

A movimentação dos saldos de Imobilizado da companhia no período está demonstrado a seguir:

	Terrenos	Edifícios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Instalações Industriais	Veículos	Móveis e Utensílios	Equip. de Laboratório	Computador e Periféricos	Benefitorias em imóveis de terceiros	Imobilizado em Andamento	Total
Vida útil média em anos	-	25	10	10	5	10	10	5	-	-	-
Custo Histórico	3.631	19.936	35.796	14.920	146	2.477	759	1.950	550	7.993	88.158
Depreciação Acumulada	-	(3.888)	(25.039)	(4.502)	(77)	(1.428)	(360)	(1.129)	(550)	-	(36.973)
Saldo em 31/12/2022	3.631	16.048	10.757	10.418	69	1.049	399	821	-	7.993	51.185
Aquisições no período	-	105	288	61	-	196	215	661	32	18.880	20.438
Depreciação do período	-	(874)	(2.203)	(1.544)	(3)	(184)	(71)	(327)	(1)	-	(5.207)
Baixas (Custo)	-	-	(6.153)	-	(42)	(312)	(71)	(179)	-	-	(6.757)
Baixas (Depreciação)	-	-	5.512	-	42	255	55	174	-	-	6.038
Transferências	-	2.168	1.030	933	-	112	7	13	-	(4.263)	-
Custo Histórico	3.631	22.209	30.961	15.914	104	2.473	910	1.950	582	22.610	101.839
Depreciação Acumulada	-	(4.762)	(21.730)	(6.046)	(38)	(1.357)	(376)	(1.129)	(551)	-	(36.142)
Saldo em 31/12/2023	3.631	17.447	9.231	9.868	66	1.116	534	1.163	31	22.610	65.697

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de imobilizado em andamento se refere basicamente a ampliações que vem sendo efetuadas na unidade de Marechal Cândido Rondon/PR, referentes: “E.T.E (Estação de Tratamento de Efluentes)” (R\$ 4.716), “Melhoria da Mistura Úmida” (R\$ 4.255), “Fechamento T1500” (R\$ 2.638) e outros projetos (R\$ 4.672).

Em 2023, em conformidade com o CPC 27, o Grupo realizou avaliação da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluíram que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente. A determinação da vida útil dos ativos leva em consideração não só o tipo de ativo, mas também seu regime de utilização e as condições às quais este ativo é submetido durante seu uso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Arrendamento a pagar e direito de uso

A tabela a seguir demonstra a movimentação de Direito de Uso e Arrendamentos a Pagar durante o período:

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial	610	954
Novo contrato	15	106
Amortização no exercício	(479)	(450)
Saldo final de direito de uso	146	610
Saldo Inicial	636	972
Novo contrato	15	106
Juros provisionados no exercício	23	46
Pagamentos efetuados nos exercícios	(518)	(488)
Saldo final de arrendamentos a pagar	156	636
Circulante	67	399
Não circulante	89	237

11. Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2023, os saldos de empréstimos e financiamentos são assim compostos:

	Taxa a.a. (Média)	Indexador	Vencimento	Consolidado	
				31/12/2023	31/12/2022
Capital de Giro (Nota de crédito à exportação)	2,26%	CDI	2024	8.492	24.176
Financiamentos para imobilizações (FINEX)	1,65%	CDI	2025	6.025	-
Saldo Final				14.517	24.176
Circulante				12.517	18.115
Não Circulante				2.000	6.061

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por recebíveis, a qual foi exigida pelos Agentes Financeiros intermediadores da operação.

A tabela a seguir demonstra amortizações e captações durante o período:

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo Inicial	24.176	25.075
Captações no período	7.000	14.378
Provisão de Encargos no período	2.431	3.706
Amortização do Principal no período	(16.505)	(17.140)
Pagamento de juros no período	(2.585)	(1.843)
Saldo Final	(14.517)	(24.176)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023, os saldos fornecedores são assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores Nacionais	-	6	27.377	27.645
Fornecedores Estrangeiros	-	-	7.798	14.229
Total	-	6	35.175	41.874

13. Outras obrigações

Em 31 de dezembro de 2023, os saldos de outras obrigações são assim compostos:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento de clientes	899	371
Comissões a pagar	326	471
Pensão alimentícia	3	2
Outras contas a pagar	169	341
Provisão de comissões	646	695
Processos Trabalhistas	-	-
Provisão de dissídio coletivo	63	185
Provisão para PLR (Participação dos Lucros e Resultados)	2.966	1.925
Títulos a pagar	-	-
Obrigações com antigos acionistas ^(a)	1.629	2.479
Total	6.701	6.469
Circulante	5.072	3.990
Não Circulante	1.629	2.479

a) Referem-se a valores que serão repassados aos ex-acionistas da Alibra, conforme definido no contrato de Compra e Venda de Participação Acionária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Tributos

14.1. Impostos a Recolher e a Recuperar

Em 31 de dezembro de 2023, os saldos de impostos a recolher e a recuperar são assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	(1.503)	(3.405)
ISS a recolher	-	-	(17)	(4)
ICMS a recolher	-	-	(684)	(938)
Impostos a Recolher	-	-	(2.204)	(4.347)
IRPJ e CSLL a recuperar ^(a)	2.771	1.489	4.881	4.885
PIS e COFINS a recuperar	-	-	1.610	2.375
PIS e COFINS a recuperar s/Imobilizado	-	-	1.699	961
ICMS a recuperar	-	-	700	750
IPI a recuperar	-	-	245	263
Crédito parcelamento PERT	-	-	68	64
Reintegra	-	-	85	38
Impostos a Recuperar	2.771	1.489	9.288	9.336
Circulante	2.771	1.489	7.124	4.769
Não Circulante	-	-	2.164	4.567

- a) Referem-se principalmente aos créditos tributários, referente ao período de 2013 a 2017, levantados conforme benefício fiscal decorrentes da LC 160/2017, atualizados pela variação da taxa básica de juros da economia (Selic), estando o valor de R\$ 1.423 (3.358 em 31 de dezembro de 2022) classificado no ativo não circulante.

14.2. Impostos diferidos

Em 31 de dezembro 2023, o saldo do ativo e passivo fiscal diferido:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Ativos		
Decorrentes de diferenças temporárias		
PCLD	2.137	2.673
Prejuízo fiscal	-	2.182
Provisão para contingências	711	1.116
Provisão PLR	1.008	654
Provisão dissídio coletivo	22	63
Provisão perdas estoques	21	67
Provisão comissões a pagar	220	236
Passivos		
Ágio rentabilidade futura amortizado	(2.093)	(2.093)
Total dos Impostos diferidos líquidos	2.026	4.898

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2023, os saldos de provisão para contingências são assim compostos:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	253	722
Risco Previdenciário	1.840	2.562
Total	2.093	3.284

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	3.284	2.355
Provisão no período	(1.191)	929
Saldo Final	2.093	3.284

As causas trabalhistas com probabilidade de perdas possíveis totalizam R\$ 80 (R\$ 537 em 2022), portanto, em face da avaliação dos consultores jurídicos não indicar que as chances de perdas nesses processos sejam prováveis, nenhuma provisão vem sendo registradas nas demonstrações financeiras da Companhia.

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital Social

A Companhia foi constituída em 14 de novembro de 2018 com a subscrição de 1.200 (um mil e duzentas) ações ordinárias nominativas, no valor total de um mil e duzentos reais totalmente integralizado por acionistas domiciliados no País.

Em Ata da Assembleia Geral realizada em 20 de março de 2019 a companhia aprovou o aumento de capital social em R\$ 100 mil, mediante a emissão de 100.000 (cem mil) novas ações ordinárias nominativas, totalmente integralizado em 5 de junho de 2019.

Em 2020 os acionistas realizaram aportes no montante total de R\$ 1.160 mil à título de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") os quais serão capitalizados no prazo de 12 meses.

Em 2020 os acionistas realizaram aportes no montante total de R\$ 147.143 mil à título de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") os quais serão capitalizados no prazo de 12 meses.

Em Ata da Assembleia Geral realizada em 30 de dezembro de 2021 a companhia aprovou o aumento de capital social em R\$ 147.143 mil, mediante a emissão de 147.143.004 novas ações ordinárias nominativas, totalmente integralizado pela capitalização de saldo de AFAC.

Em Ata da Assembleia Geral realizada em 22 de agosto de 2023 a companhia aprovou o aumento de capital social em R\$ 148.404 mil, mediante a emissão de 148.404.204 novas ações ordinárias nominativas, totalmente integralizado pela capitalização de saldo de AFAC.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.2. Capital Social (Continuação)

Em 2023 os acionistas realizaram aportes no montante total de R\$ 43.861 mil à título de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") os quais serão capitalizados no prazo de 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da companhia é de R\$ 148.404 mil (R\$ 147.244 mil em 31 de dezembro de 2022) referentes à 148.404.204 (147.244.204 em 31 de dezembro de 2022) ações subscritas.

Data da Assembleia	Quantidade de Ações	Capital Social
14 de novembro de 2018	1.200	1
20 de março de 2019	100.000	100
30 de dezembro de 2021	147.143.004	147.143
22 de agosto de 2023	1.160.000	1.160
Total	148.404.204	148.404

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de AFAC da companhia é de R\$ 43.861 mil.

16.2. Reserva de Lucros

Do lucro líquido do exercício, 5% (5 por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$ 1.189 (R\$ 737 em 31 de dezembro de 2022).

16.3. Dividendos mínimos obrigatórios propostos

Conforme artigo 202 da Lei 6.404/76, os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado. A Companhia durante o exercício de 2023, apresentou lucros no valor de R\$ 23.789 (R\$ 14.743 em 2022) e após constituição da reserva legal, propôs dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 5.650 (R\$ 3.501 em 2022) que serão pagos ao único acionista FIP Pandere.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Receita operacional líquida

Em 2023, as receitas operacionais da Companhia são assim compostas:

	Consolidado	
	2023	2022
Mercado interno	472.428	459.324
Mercado externo	46.668	50.064
Receita bruta	519.096	509.388
Devoluções sobre vendas	(6.671)	(4.345)
Abatimento sobre vendas	(1.773)	(1.366)
Impostos incidentes sobre vendas	(44.865)	(41.550)
Dedução da receita	(53.309)	(47.261)
Receita operacional líquida	465.787	462.127

18. Despesas por natureza

Em 2023, os custos e despesas operacionais da Companhia são assim compostas:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	-	-	(296.820)	(327.291)
Gastos com pessoal	(18)	(21)	(54.057)	(44.851)
Depreciação e amortização	-	-	(5.940)	(5.405)
Serviços de terceiros	(74)	(299)	(13.271)	(14.914)
Energia elétrica, água e telefone	-	-	(3.453)	(3.224)
Fretes sobre vendas	-	-	(17.928)	(20.129)
Marketing	-	-	(4.845)	(4.449)
Viagens	-	(7)	(1.723)	(1.170)
Manutenção e reparo	-	-	(574)	(393)
Treinamento	-	-	(229)	(205)
Aluguéis	-	-	(1.516)	(1.238)
PCLD	-	-	1.581	(1.021)
Provisões para contingências	-	-	1.202	(948)
Outros	-	-	(3.655)	(2.411)
Total	(92)	(310)	(401.228)	(427.649)
Custos dos produtos vendidos	-	-	(338.023)	(363.789)
Despesas com vendas	-	-	(46.067)	(51.142)
Despesas gerais e administrativas	(92)	(310)	(17.138)	(12.718)
Outras receitas operacionais	-	-	-	-

Millet Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado financeiro

Em 2022 e 2023, as receitas e despesas financeiras são assim compostas:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Rendimentos de aplicações financeiras	-	-	1.648	675
Juros ativos e descontos obtidos	-	-	114	416
Variação cambial ativa	-	-	4.622	6.600
Receitas financeiras	-	-	6.384	7.691
Juros pagos e atualizações	(9.527)	(6)	(12.376)	(3.865)
Tarifas bancárias	(1)	(1)	(101)	(130)
Descontos concedidos	-	-	(140)	-
Variação cambial passiva	-	-	(3.734)	(6.033)
Despesas financeiras	(7)	(7)	(16.351)	(10.028)
Resultado financeiro líquido	(7)	(7)	(9.967)	(2.337)

20. Partes relacionadas

Remuneração da administração

A remuneração da Administração corresponde a remuneração paga a Diretores conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária. O total da remuneração pagos aos Administradores da Companhia em 2023 foi de R\$ 18 (R\$ 21 em 2022).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Gestão de risco

21.1. Fatores de risco financeiro

A companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de Crédito;
- Risco de Liquidez; e
- Risco de Mercado

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima. A nota a seguir define os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e suas controladas.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

a) Riscos de Crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrente de falhas destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	166	355	28.733	10.656
Contas a receber de clientes	-	-	94.334	98.663
Outros créditos	-	2	1.138	1.033
Total	166	357	124.205	110.352

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Gestão de risco (Continuação)

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023:

2023	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado	Até 12 meses	De 13 a 24 meses	De 25 a 36 meses
Passivo					
Empréstimos e Financiamentos	14.517	14.517	12.517	2.000	-
Contas a Pagar a Fornecedores	35.175	35.175	35.175	-	-
Arrendamentos a Pagar	156	156	67	89	-
Outras Obrigações	6.701	6.701	5.072	1.629	-
Total	56.548	56.548	52.831	3.718	-

c) Risco de mercado

Risco de taxa de juros: é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos captados e ativos aplicados no mercado.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros		
Aplicações Financeiras	27.579	8.324
Passivos financeiros		
Empréstimos e Financiamentos (CDI)	14.517	24.176

Risco de taxa de câmbio: está atrelado a possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

A Administração da Companhia monitora os fatores de risco mediante acompanhamento das tendências de mercado e revisões periódicas dos ativos e de seu endividamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Gestão de Risco (Continuação)

21.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia vem acumulando recursos e reservas de lucros de forma a corresponder com os investimentos que estão sendo projetados com a necessidade de capital de giro necessária para os próximos anos. A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia com terceiros (empréstimos e financiamentos) para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Gestão de capital		
Total dos empréstimos com terceiros	14.517	24.176
(-) Caixa e equivalente de caixa	(28.733)	(10.656)
(=) Dívida líquida (a)	(14.216)	13.520
Total do patrimônio líquido (b)	258.922	167.233
Relação dívida líquida sobre capital ajustado (a)/(b)	0,05	0,08

21.3. Instrumento financeiro por categoria

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<u>Ativos financeiros mensurados a custo amortizado</u>				
Caixa e Equivalente de Caixa	166	355	28.733	10.656
Contas a Receber de Clientes	-	-	94.334	98.663
Outros Créditos	-	3	900	1.033
Total	166	358	123.967	110.352
<u>Passivos financeiros mensurados a custo amortizado</u>				
Contas a Pagar a Fornecedores	-	5	35.175	41.873
Arrendamentos Operacionais a pagar	-	-	156	636
Empréstimos e Financiamentos	-	-	14.517	24.176
Antecipações de clientes e faturamento antecipado	-	-	899	372
Outros Passivos	-	-	498	814
Total	-	5	51.245	67.871

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Gestão de Risco (Continuação)

21.4. Instrumento financeiro por categoria

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

22. Seguros

Para proteção dos seus ativos e de suas responsabilidades, a Companhia mantém coberturas securitárias para os riscos que possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio e/ou o resultado da Companhia. Dentre as modalidades de seguros contratadas pela Companhia, são destaques:

- Riscos operacionais: cobertura de danos materiais ocasionados a prédios, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios decorrentes de incêndio, raio e explosão, desentulho, alagamentos, quebra de maquinário e danos elétricos, bem como perda de receita bruta causada pela interrupção de produção consequente de danos materiais. Em 31 de dezembro de 2023, a importância segurada é de R\$ 141.200.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

23. Eventos Subsequentes

Após 31 de dezembro de 2023, até a data da aprovação das demonstrações financeiras pela Administração da Companhia, não ocorreram eventos que necessitam de divulgação nas demonstrações financeiras.

Composição da Administração

Natali Oliveira Duarte
Diretora Presidente
CPF: 362.364.308-45

Juliana Sousa da Silva
Contadora
CRC: PB-013186/O-6